

SUMÁRIO

LIVRO 1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	3
1. Direito tributário como ramo do direito público	3
2. Estrutura e elementos da relação jurídica tributária	4
3. Conceito de tributo	7
4. Espécies tributárias integrantes do sistema tributário nacional. Enumeração	10
4.1. Classificações doutrinárias	15
Sinopse do capítulo	19

CAPÍTULO 2

LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	23
1. Princípios constitucionais tributários	23
1.1. Princípio da legalidade	23
1.1.1. Exceções ao princípio da legalidade	27
1.1.2. Iniciativa legislativa em matéria tributária	29
1.1.3. Vedação aos meios coercitivos indiretos de cobrança (sanções políticas)	30
1.2. Princípio da isonomia	36
1.3. Irretroatividade	38
1.4. Anterioridade do exercício financeiro	41

1.4.1. Correção monetária, antecipação de prazo de recolhimento, redução de desconto no pagamento de tributos e princípio da anterioridade	43
1.4.2. Exceções à anterioridade do exercício financeiro	44
1.5. Princípio da noventena	46
1.5.1. Exceções à noventena	48
1.5.2. Anterioridade e medidas provisórias	50
1.6. Princípio do não-confisco	53
1.7. Princípio da liberdade de tráfego	56
1.8. Uniformidade geográfica	56
1.9. Vedação às isenções heterônomas	57
1.10. Princípio da não-discriminação tributária	60
1.11. Capacidade contributiva	60
1.12. Exigência de lei específica para concessão de benefícios fiscais	64
2. Imunidades	66
2.1. Imunidade recíproca	69
2.1.1 Extensão da imunidade tributária recíproca às autarquias e às fundações públicas e exigência de vinculação do patrimônio, das rendas e dos serviços às finalidades essenciais da entidade	72
2.1.2 Aplicabilidade da imunidade tributária recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos	73
2.1.3 Exploração de atividades econômicas e inaplicabilidade da imunidade tributária recíproca	75
2.2. Imunidade religiosa	77
2.3. Imunidade dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	78
2.4. Imunidade cultural	84
2.5. Outras imunidades	87
Sinopse do capítulo	91

CAPÍTULO 3

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	97
1. Taxas	97

1.1. Base de cálculo das taxas	104
1.2. Destinação do produto da arrecadação de taxas	109
1.3. Taxa e preço público	109
1.4. Pedágio	112
2. Contribuições de melhoria	113
3. Impostos	115
3.1. Elementos básicos dos impostos federais – Constituição e Código Tributário Nacional	116
4. Empréstimos compulsórios	132
5. Contribuições – regimes jurídicos	134
5.1. Contribuições sociais	137
5.1.1. Contribuições de seguridade social	137
5.1.2. Outras contribuições sociais	141
5.2. Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas	142
5.3. Contribuições de intervenção no domínio econômico	143
5.4. Contribuição de iluminação pública	145
6. O simples nacional	149
6.1. Introdução	149
6.2. Aspectos gerais	151
6.3. Enquadramento legal como ME e EPP	152
6.4. Impostos e contribuições abrangidos	155
6.5. Impostos e contribuições não abrangidos	156
6.6. Vedações à opção pelo Simples Nacional	157
6.6.1. Atividades que não impedem a opção pelo Simples Nacional	161
6.7. Opção pelo Simples Nacional	163
6.8. Alíquotas, bases de cálculo e forma de apuração	164
6.8.1. Recolhimento do Simples Nacional em valor fixo como Microempreendedor Individual	168
6.9. Obrigações acessórias	171
6.10. Exclusão do Simples Nacional	172
Sinopse do capítulo	175

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	183
1. Competência para legislar sobre direito tributário	183
1.1. Normas gerais de direito tributário.	185
1.1.1. Normas acerca de conflitos de competência tributária entre os entes federados	185
1.1.2. Normas destinadas a regular as limitações consti- tucionais ao poder de tributar	187
1.1.3. Normas gerais em matéria de legislação tributária	188
1.2. Situação do Código Tributário Nacional em nosso orde- namento jurídico. Teoria da recepção	192
1.3. Normas constitucionais sobre tratamento tributário favore- cido para as microempresas e empresas de pequeno porte: o “Simples Nacional” constitucional	195
1.4. Uso de instrumentos tributários na prevenção de desequi- líbios da concorrência	199
2. Competência tributária	201
2.1. Outorga de atribuições administrativas a outras pessoas jurídicas de direito público	203
2.2. Competência cumulativa	205
2.3. Competência residual	206
2.4. Competência extraordinária	207
Sinopse do capítulo	211

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	215
Sinopse do capítulo	218

LIVRO 2 CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 6

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E IN- TERPRETAÇÃO	221
1. Legislação tributária	221

2. Vigência da legislação tributária	236
2.1. Vigência espacial	236
2.2. Vigência temporal	238
3. Aplicação da legislação tributária	241
4. Interpretação e integração da legislação tributária	246
4.1. Disciplina específica da interpretação no CTN	249
4.2. Disciplina específica da integração no CTN	255
Sinopse do capítulo	259

CAPÍTULO 7

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	263
1. Obrigação tributária principal e acessória	263
2. Fato gerador	266
2.1. Norma geral antielisão	268
3. Sujeito ativo e sujeito passivo	271
4. Capacidade tributária	274
5. Domicílio tributário	275
6. Solidariedade	277
6.1. Efeitos da solidariedade	279
Sinopse do capítulo	282

CAPÍTULO 8

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	285
1. Responsabilidade por substituição	286
2. Responsabilidade dos sucessores	291
2.1. Responsabilidade dos adquirentes de imóveis	292
2.2. Responsabilidade dos adquirentes e remetentes de bens ..	294
2.3. Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	295
2.4. Responsabilidade na fusão, incorporação, transformação e extinção das pessoas jurídicas	298
2.5. Responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	300
3. Responsabilidade de terceiros	304

4. Responsabilidade dos sócios, titulares ou administradores de microempresas e empresas de pequeno porte	307
5. Responsabilidade por infrações	309
5.1. Denúncia espontânea	312
Sinopse do capítulo	315

CAPÍTULO 9

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	319
1. Crédito tributário. Conceito e constituição	319
2. Lançamento. Conceito	321
2.1. Alteração do lançamento regularmente notificado	324
2.2. Modalidades de lançamento	325
2.2.1. Lançamento de ofício	326
2.2.2. Lançamento por declaração	328
2.2.3. Lançamento por homologação	331
Sinopse do capítulo	336

CAPÍTULO 10

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	339
1. Depósito do montante integral do crédito	340
2. Processo administrativo fiscal	341
3. Liminar em mandado de segurança; concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial ..	343
4. Moratória e parcelamento	344
4.1. Requisitos para concessão da moratória	348
4.2. Revogação da moratória individual	349
Sinopse do capítulo	352

CAPÍTULO 11

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	355
1. Conversão do depósito em renda	357
2. Decisão administrativa irreformável favorável ao sujeito passivo	358

3. Decisão judicial favorável ao sujeito passivo transitada em julgado	360
4. Dação em pagamento de bens imóveis	360
5. Compensação	361
6. Pagamento	364
7. Decadência	368
8. Prescrição	373
9. Pagamento antecipado e homologação	385
10. Transação	386
11. Remissão	387
12. Consignação em pagamento julgada precedente	389
13. Pagamento indevido	391
13.1. Restituição de tributos indiretos	392
13.2. Restituição de juros e penalidades	393
13.3. Extinção do direito de pleitear a restituição	394
Sinopse do capítulo	399

CAPÍTULO 12

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	403
1. Isenção	403
2. Anistia	408
Sinopse do capítulo	411

CAPÍTULO 13

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .	413
Sinopse do capítulo	424

CAPÍTULO 14

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	427
1. Poderes e deveres da fiscalização	427
2. Sigilo fiscal e sigilo bancário	430
3. Dívida ativa	437

4. Certidões negativas	442
Sinopse do capítulo	445
BIBLIOGRAFIA	449